



Prefeitura Municipal de São Lourenço / MG

Processo Licitatório Nº 0407/2023 - Pregão Nº 181

CONTRATO Nº 202310001

CONTRATANTE:- Órgão Público - **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO / MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Duque de Caxias, 61, Centro, 37.470-000, neste ato representado pela autoridade administrativa competente, DANIEL DONATO NUNES, portador do CPF 054.989.916-22.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA CNPJ Nº 90.180.605/0001-02, sediada à Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Centro Histórico, Porto Alegre / RS, 90.020-060, neste ato representada por EDUARDO HENRIQUE LAUAR CUNHA, portador do CPF 359.176.016-15.

EMBASAMENTO:- Processo Licitatório nº 0407/2023 - Pregão 181 - e na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, as partes ficam contratadas, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato administrativo tem como CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COM COBERTURA TOTAL PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1 - Integra e se vincula ao presente contrato administrativo, o edital do processo licitatório acima epigrafado e o inteiro teor do termo de referência com também da proposta ofertada como se aqui estivessem transcritos para produzir todos os seus efeitos.

2.1.1 – A CONTRATADA deverá executar o objeto deste contratado nas condições, exigências e especificações constantes no edital e no termo de referência do processo licitatório que embasa este contrato administrativo e, em especial, a proposta de preço realinhada conforme o último lance ofertado e que consta no ANEXO ÚNICO deste Instrumento.

2.2 – A efetiva execução contratual se dará mediante o envio de AF –autorização de fornecimento e/ou OS – ordem de serviço, conforme a natureza do objeto a ser executado.

2.2.1 – A AF - autorização de fornecimento ou OS - ordem de serviço será emitida pela autoridade competente da secretaria requisitante, através de servidor por ela designado, com a participação do setor de compras que cuidará dos lançamentos formais das despesas.

2.3 – A CONTRATADA não poderá atender qualquer pedido de fornecimento e/ou execução de serviço sem a apresentação da AF e/ou OS, devidamente assinada pela autoridade competente ou servidor por ela designado, pois a Administração não se responsabilizará por despesa que não tenha sido devidamente formalizada e autorizada.

2.3.1 – O envio da AF ou OS será pelos meios de comunicação disponíveis, com a comprovação de recebimento pela CONTRATADA ou entregue pessoalmente por servidor designado pela autoridade competente, conforme o caso.

2.4 – O CONTRATANTE designará servidor(res) municipal(ais) como FISCAL deste contrato administrativo que terá atribuições para cumprir e fazer cumprir todas as obrigações pactuadas neste instrumento, inclusive para receber ou recusar provisoriamente a execução contratual, no todo ou em parte, bem como para promover, junto à CONTRATADA, iniciais comunicações e/ou notificações administrativas iniciais, visando solucionar faltas ou falhas como apontadas.

2.4.1 – As possíveis faltas ou falhas sanáveis, como apontadas na execução contratual, deverão ser registradas e anotadas em registro do próprio contrato para providências futuras, quando for o caso.

2.4.2 – Caso as comunicações e/ou notificações promovidas pela fiscalização contratual não sejam solucionadas pela CONTRATADA, conforme os apontamentos, o assessoramento jurídico do CONTRATANTE será acionado para tomar as providências cabíveis.

2.5 – A execução contratual se dará ainda conforme as condições a seguir:

2.5.1 - A CONTRATADA deverá prestar os serviços do objeto licitado da seguinte forma;

2.5.2 – A CONTRATADA deverá realizar os serviços conforme contato telefônico, por e-mail ou pelo watzap, sendo que deverá ser informada a placa do carro, chassi, modelo, ano e dados da Prefeitura Municipal de São Lourenço, local onde se encontra e demais informações que assim forem solicitadas.

2.5.3-O CONTRATANTE deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro a partir da data da assinatura do contrato.

2.5.4 - A listagem dos veículos segurados constam em anexo do processo licitatório em referência que pode ser alterado por acréscimo ou diminuição, seja por razões de alienações doações ou outros expedientes administrativos, através de Termo de Referência com as seguintes discriminações:

2.5.5- Ficam incluídos na execução do contrato todas as obrigações, condições e alcances dispostos e relacionados nos itens e subitens do Termo de Referência.

2.5.6- A presente contratação visa segurar a Frota do Município de São Lourenço /MG, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, assistência 24h (vinte e quatro horas) e prestação de serviços de socorro ou salvamento em situação decorrente de um dos riscos cobertos, bem ainda danos morais e corporais a terceiros e outras obrigações constantes da execução do contrato.

2.5.7-COBERTURA TIPO-1- TOTAL E/OU COMPREENSIVA

2.5.7.1-Colisão

2.5.7.2- Incêndio

2.5.7.3-Roubo

2.5.7.4-Furto

2.5.7.5-Carro Reserva por até 30 (trinta) dias, para todos os veículos (passeio, caminhões, ônibus e ambulâncias)

2.5.7.6- Assistência 24 h (vinte e quatro horas), 7 (sete) dias por semana para veículos assegurados e seus ocupantes, motoristas e passageiros sem limite de quilometragem e em todo o território nacional.

2.5.7.7-Danos materiais e corporais contra terceiros

2.5.7.8-A cobertura alcançará assistência pessoal para motorista e passageiros –APP (MORTE-INVALIDEZ), conforme em anexo a este Termo de Referência.

2.5.7.9- Dano Moral

2.5.7.10-Vidros, faróis, lanternas e espelhos retrovisores-sendo completos para veículos de passeio, ônibus, vans e carros leves)

2.5.7.11-Todos os carros devem ser livres de quilometragem

2.5.7.12-Limite de indenização correspondente ao valor estipulado em apólice para cada veículo segurado.

2.5.7.13- Cobertura de serviços em tempo integral, assistindo e socorrendo aos passageiros e aos veículos em caso de acidentes, incêndio e roubo ou furto do veículo segurado, onde possam constar.

*Assistência 24 h (vinte e quatro horas)

*Reboque

*Transporte Alternativo

*Serviço de taxi para todos os passageiros

*Socorro em caso de pane seca e elétrica

2.5.7.14-Cobertura de vidros, vidros laterais, para-brisa (dianteiro/traseiro), faróis, lanternas e espelhos retrovisores, protegidos em todo território nacional, quer seja em substituição ou reparos.

2.5.8-DA APÓLICE DA SEGURADA

2.5.8.1-A Apólice coletiva e ou frota de veículos, permitindo-se a identificação e discriminação individual de cada bem segurado. Assim como item próprio para cada um dos mesmos, valor de franquia, bônus, etc.

2.5.9-DAS GARANTIAS A SEREM CONTRATADAS

2.5.9.1-Casco dos veículos norma e reduzida

2.5.9.2-Os serviços acima serão aplicados de acordo com a necessidade do Município, podendo vir a serem incluídos itens não previstos e que se tornem necessários a utilidade do veículo.

2.5.10- BÔNUS

2.5.10.1 - 1 (UM) NA PRIMEIRA RENOVAÇÃO SEM SINISTRO

2.5.10.2 - 2(DOIS) NA SEGUNDA RENOVAÇÃO SEM SINISTRO

2.5.10.3 - 3 (TRÊS) NA TERCEIRA RENOVAÇÃO SEM SINISTRO

2.5.10.4 - 4(QUATRO) NA QUARTA RENOVAÇÃO SEM SINISTRO

2.5.10.5 - 5(CINCO) NA QUINTA RENOVAÇÃO SEM SINISTRO E ASSIM SUCESSIVAMENTE

2.5.10.6 – OBSERVAÇÃO: Havendo sinistro em veículo, na renovação do seguro o percentual de bônus aplicável, será aquele aplicado no ano da reclamação.

2.5.11-DA NOMENCLATURA DO TIPO DE SEGURO A SER CONTRATADO

2.5.11.1- Renovação de Seguro, quando se tratar e veículos já previstos neste Termo de Referência.

2.5.12.2-Novo Seguro, quando se tratar de inclusão de veículo, mantendo-se a permanência dos seguros existentes neste Termo de Referência

2.5.12.3-Endosso de seguro: Quando se tratar de substituição de veículo anteriormente objeto de cobertura

2.5.12-DAS COBERTURAS

2.5.12.1-As coberturas destinam-se a garantir ao Contratante/Segurado até o limite máximo de indenização ou reembolso das indenizações que for obrigado a pagar, por danos involuntários pessoais e ou materiais causados em seu próprio veículo, a terceiro transportados, terceiros não transportados, em como demais situações causadas pelo veículo segurado, de correntes de risco abertos.

2.5.12.2-Cobertura Compreensiva: colisão, incêndio-danos causados no próprio veículo - casco e demais superfícies

2.5.12.3-Responsabilidade Civil Facultativo –RCF-V

2.5.12.3.1-Danos Pessoais

2.5.12.3.2-Danos Materiais

2.5.12.3.3-Danos Morais

2.5.12.4-Acidentes Pessoais Passageiros –APP

2.5.12.4.1-Acidentes pessoais passageiros-APP

2.5.12.4.2-morte

2.5.12.4.3-invalidez permanente e parcial

2.5.13- DOS VALORES DA COBERTURA

2.5.13.1-Os veículos tipo ônibus e caminhões listados da tabela em anexo 01 a 19, cujos os valores de indenização para incêndio/roubo/colisão serão realizados através de consulta no link <https://tabelafipebrasil.com/placa> valor determinado sobre o valor venal.

2.5.13.2-Os demais veículos Casco-100% da Tabela FIPE limite de indenização para incêndio/roubo/colisão.

2.5.13.3-RCF: R\$100.000,00 - limite de indenização para danos materiais a terceiros;

2.5.13.4-R\$100.000,00 - limite de indenização para danos pessoais a terceiros

2.5.13.5-APP-R\$100.000,00 - limite de indenização para os passageiros –morte-invalidez

2.5.13.6- vidros completos

2.5.13.7-franquia reduzida conforme proposta da licitante

2.5.14-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.5.14.1-Fornecer CARRO RESERVA por até 30 (trinta) dias em perfeitas condições para a execução dos serviços rotineiros e eventuais do Município, conforme critérios de uso da Administração.

2.5.14.2-Comunicar qualquer discordância ou mudanças no veículo antes, durante e após a prestação do serviço, que apresentem ressalvas para condições de utilização.

2.5.14.3- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados por concessionária e fabricantes, nos termos da legislação vigente, quando do objeto da cobertura.

2.5.14.4-Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade dos serviços de consertos e reparos.

2.5.14.5-A CONTRATADA deverá proceder a vistoria dos veículos, inerentes a este contrato sem qualquer custo adicional a Administração CONTRATANTE.

2.5.14.6-O CONTRATANTE deverá emitir apólice de seguro para cada veículo, referindo a respectiva descrição, inclusive a placa de identificação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato.

2.5.14.7-A aceitação do seguro e, conseqüente emissão da apólice de seguro, os veículos relacionados na descrição deste Termo estarão acobertados a partir da assinatura do contrato.

2.5.14.8-Nos casos de sinistros ou acidentes que indiquem a intervenção da CONTRATADA e a realização de serviços de recuperação e reparos, deverão ser executados em prazo máximo de 30(trinta) dias, obrigatoriamente em concessionária autorizada para o tipo de veículo assegurado, com uso de peças genuínas e equipamentos originais de primeiro uso e após autorização da fiscalização do contrato.

2.5.14.9-Quando houver intervenção e reparos nos veículos, ocasionados por sinistros, a fiscalização do contrato deverá aprovar a execução. Caso seja apontada irregularidade a CONTRATANTE deverá determinar revisão de todo a sanar a ocorrência.

2.5.14.10-Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

2.5.14.11-Reparar, corrigir, substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificar incorreções, resultantes do fornecimento de produtos inadequados. Deverá refazer, ou substituir em 24h (vinte e quatro horas) contadas a partir da comunicação.

2.5.14.12-Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto a ser contratado e efetua-lo de acordo com as especificações constantes do edital e seus anexos, da proposta.

2.5.14.13-Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento dos materiais, devendo ao elaborar a proposta bem como efetuar os lances, prever todas as despesas decorrentes da execução contratual do objeto a ser contratado.

2.5.14.14-A CONTRATADA deverá dar total garantia quanto a execução dos serviços contratados, respeitando as especificações, condições e demais colocações neste Termo de Referência, em especial ao que dispõe a Circular SUSEP-CNSP nº 639/2021, seja no alcance e limites as coberturas do plano e seus desdobramentos de modo que o interesse público da futura contratação seja atendido.

2.5.14.15-Observação: A aceitação do seguro e, conseqüente emissão da apólice estará condicionada a simples assinatura do contrato por parte deste Município, respaldada pela Seguradora Contratante, convalidando os atos dede então.

2.5.14.16-Todas as despesas referentes a prestação dos serviços do objeto, serão encargos da CONTRATADA, não sendo de reponsabilidade do CONTRATANTE, qualquer despesa além daquela ofertada na proposta da CONTRATADA.

2.5.15-DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

2.5.15.1-Comunicar imediatamente qualquer ocorrência danosa ao veículo ou veículos ou avarias ocorridas pela execução dos serviços.

2.5.15.2-Responsabilizar –se por qualquer outro evento que possa ocorrer

2.5.15.3-Fornecer a Contratada todas as informações necessárias em relação aos veículos.

2.5.15.4-O limite de indenização será correspondente ao valor estipulado em apólice para veículo segurado.

2.5.15-5- O veículo assegurado deverá ser beneficiado com todos os requisitos listados para cobertura.

2.5.15.6-Emitir a OS – Ordem de Serviço, sendo a mesma enviado pela Gerência de Frota e emitido pela Gerência de Contratos e Licitações

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1 - O prazo para a execução contratual do objeto deste contrato administrativo será de 29/10/2023 a 29/10/2024

3.2 – O prazo referido poderá ser alterado, conforme o interesse da Administração, desde que requerido pela CONTRATADA com motivada fundamentação e deferimento pelo CONTRARANTE.

3.3 - Dentro da vigência deste contrato, o objeto será executado total ou parcialmente, conforme consta do termo de referência e conforme o envio de autorizações de fornecimento ou ordens de serviço.

3.4 - Ao atingir o prazo pactuado no item 3.1 ou ao se esgotar o quantitativo do objeto contratado, salvo se houver celebração de termo aditivo, a execução contratual será encerrada imediatamente, independente de qual seja a primeira ocorrência, prevalecendo sempre o interesse da Administração CONTRATANTE.

3.5 - Sendo o objeto contratado, executado de forma contínua, as condições de prorrogação do prazo e vigência constarão do Termo de Referência e em conformidade com os artigos 106 e 107 da Lei regente deste instrumento.

3.5.1 - Havendo prorrogação do prazo e vigência contratual deverão ser observados os dispositivos dos artigos 133 a 136 da mencionada Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATADO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - Dá-se ao presente contrato administrativo, o valor total e irrevogável de R\$ 166.999,92 (cento e sessenta e seis mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

4.2 – No valor total referido estão inclusas as despesas com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários da CONTRATADA, incluindo os custos diretos e indiretos inerentes ao fornecimento e/ou à prestação dos serviços como requisitados, bem como outros encargos que incidam ou que venham a incidir sobre a execução do objeto, não restando quaisquer obrigações ao CONTRATANTE que exceda no valor referido no item anterior.

4.3 – O pagamento será efetuado em até 30 dias após a prestação de serviços e emissão da nota fiscal correspondente

4.4- O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal correspondente, devidamente conferida pela fiscalização, através do RECEBIMENTO PROVISÓRIO e, posteriormente, através do **RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

4.4.1 – Na nota fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da modalidade licitatória, como também estar anexada cópia da AF ou OS da respectiva despesa.

4.5 – O pagamento será efetuado após a conferência da execução do objeto, mediante a liquidação da despesa e a devida autorização pela Autoridade competente.

4.6 - Qualquer irregularidade detectada pelo servidor designado para a fiscalizar da execução contratual, possibilitará a indicação pela retenção do pagamento à CONTRATADA até o restabelecimento do apontamento como pactuado, seja na forma, condições, prazo de entrega, especificações e/ou qualidade do objeto contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste instrumento.

4.6.1 - A retenção ou suspensão do pagamento será solicitada pelo(a) servidor(a) Fiscal do Contrato e deliberada pela autoridade competente, e somente haverá a respectiva liberação após o saneamento da irregularidade apontada e/ou notificada.

4.6.2 - Havendo retenção ou suspensão de pagamento por qualquer irregularidade, não restarão quaisquer obrigações complementares por parte do CONTRATANTE quanto a recomposição do valor da despesa, tendo em vista o descumprimento de obrigações por parte da CONTRATADA.

4.7 – Na nota fiscal deverá estar descrito em separado os valores correspondentes aos **serviços** executados e os **materiais e produtos** fornecidos, de forma a atender Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2110/2022.

4.8 – O pagamento somente será efetuado por via bancária, através de depósito na conta e agência determinadas pela CONTRATADA.

4.9 - A Administração CONTRATANTE, no ato do pagamento, efetuará a retenção na fonte por eventuais tributos devidos, conforme exigido pela legislação em vigor, em especial a Instrução Normativa RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, no que couber, e a CONTRATADA deverá constar na nota fiscal o referido valor.

4.9.1 - O valor da referida retenção deverá estar destacado na Nota Fiscal.

4.10 - Sendo a CONTRATADA optante pela tributação do SIMPLES NACIONAL deverá encaminhar junto com a nota fiscal, documento que comprove sua opção, e ainda apresentar a declaração de faturamento indicando o nível da tabela de retenção em que está enquadrada, nos termos da Lei Complementar nº123/2006 e posteriores alterações, e atender a Instrução Normativa RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, no que couber.

4.11 - A CONTRATADA é a única responsável pela correção dos dados e valores apresentados, bem como por quaisquer erros ou omissões constantes na nota fiscal.

4.12 – Para que o pagamento seja regularmente efetuado, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, manter durante toda a execução contratual a sua regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como das obrigações técnicas exigidas para habilitação no processo licitatório.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5-1 - As despesas decorrentes deste contrato administrativo correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) do orçamento vigente:

5.1.1 – Rubrica(s) - 3.3.90.39.2.03.04.26.782.001.20031, 3.3.90.39.2.04.00.04.122.001.20035, 3.3.90.39.2.05.00.12.122.001.02045, 3.3.90.39.2.05.00.12.122.002.02046, 3.3.90.39.2.06.01.10.302.003.20077, 3.1.90.11.2.06.01.10.304.003.20082, 3.3.90.39.2.06.01.10.305.003.20084, 3.3.90.39.2.06.01.10.301.003.20072, 3.3.90.39.2.06.01.10.122.001.20069, 3.1.90.04.2.07.05.08.122.001.02088, 3.3.90.39.2.08.00.08.244.013.20097, 3.3.90.39.2.08.01.08.244.014.20103, 3.3.90.39.2.08.02.08.244.015.20111

5.1.2 – Fonte(s) do Recurso - 1500000, 1500000, 1500000, 1500000, 1500000, 1600000, 1600000, 1500000, 1600000, 1500000, 1660000, 1660000, 1660000

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE E DA GARANTIA

6.1 - A CONTRATADA se responsabiliza a executar o objeto deste contrato administrativo com qualidade e pontualidade, conforme dispuser a AF – autorização de fornecimento ou a OS – ordem de serviço e, em especial, conforme descrito no termo de referência do processo que embasa este instrumento e como consta na sua proposta ofertada, garantindo ainda ressarcir ao CONTRATANTE possíveis prejuízos financeiros apurados por desconformidade na execução pactuada.

6.2 - A CONTRATADA se responsabiliza em substituir, corrigir ou reparar, item ou itens do objeto contratado, conforme o caso, acatando determinação da fiscalização da execução deste instrumento, com presteza, disponibilidade e pontualidade, sem qualquer custo adicional e sem prejuízo do prazo estipulado.

6.3 – A CONTRATADA é a única responsável pela total execução deste contrato administrativo.

6.4 - A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução contratual todas as condições jurídicas, fiscais, previdenciárias e técnicas, sejam às normas da ABN, do INMETRO ou outra específica conforme a natureza do objeto executado, sejam quanto qualificação profissional ou operacional, sejam produtivas ou licenciamentos específicos ou ainda outras detalhadas no termo de referência do processo que embasa este contrato administrativo.

6.4.1 - A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia na execução do objeto contratado nas condições e prazos como consta do termo de referência do processo que embasa este contrato.

6.5 - Será da CONTRATADA a garantia pela procedência, condições, qualidade, e outros atributos inerentes aos itens do objeto contratado, bem como pelas normas especificadas pelos órgãos de controle, bem ainda de outras condições complementares, conforme consignadas no termo de referência do processo licitatório que embasa este instrumento.

6.6 - A CONTRATADA responde administrativa, civil e criminalmente por danos e prejuízos devidamente apurados, quer da execução ou inexecução do objeto contratado que vier a causar, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

7.1 - A fiscalização na execução deste contrato administrativo será exercida pelo(a) servidor(a) designado(a) pelo CONTRATANTE, com atribuições para aferir a execução do objeto e o cumprimento integral das condições pactuadas, tais como: o aceite, a recusa, substituição e/ou correção de item, itens ou de todo o objeto contratado, conforme comunicação ou notificação enviada a CONTRATADA, além das condições referidas na Cláusula Sexta, acima, bem como outras condições mencionadas no termo de referência do processo que embasa este contrato.

7.1.1 - Fica designado o servidor(a) Roseane Aparecida de Carvalho Forasteiro como FISCAL da execução do objeto, com poderes para atuar na amplitude de suas funções e obrigações, de forma atestar a regularidade e satisfação do que foi executado e emitir o RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

7.1.2 - O(a) Servidor(a) Autoridade competente **DANIEL DONATO NUNES** é responsável, mediante o recebimento provisório, pela emissão do RECEBIMENTO DEFINITIVO, para liquidar a despesa e para autorizar o respectivo pagamento.

7.2 - A não observância do item anterior, seja em quaisquer condições e no prazo estipulados, obriga a CONTRATADA a substituir ou corrigir a execução pactuada e a não observância das recomendações da fiscalização contratual e as reiteradas ocorrências de irregularidades serão motivos ensejadores para rescisão deste contrato.

7.3 - A indicação de fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, como especificada acima, não exclui e nem reduz as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA por quaisquer irregularidades ou imperícias cometidas, direta ou indiretamente na execução da obra contratada.

7.4 - A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem subcontratar os serviços relativos ao seu objeto, sem o expresso consentimento formal do CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 - Este contrato administrativo poderá ser alterado no interesse público e das partes, através de termos aditivos, em conformidade com os artigos 124 ao 135, todos da Lei nº 14.133/2021, no que couber e considerando em cada caso o que estiver constando no termo de referência do processo que embasa a presente contratação.

8.1.1 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme o interesse do CONTRATANTE, conforme dispõe o art. 125 da mencionada Lei..

8.1.2 – Havendo modificação na execução do contrato para atender o disposto no item anterior e o aumento ou diminuição do serviço implicando no preço, deverá ser feito termo aditivo para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos da alínea "d", do art. 124, da Lei nº 14.133/2021..

8.1.3 – O valor do contrato, de item ou de itens que integram o objeto contratado, poderá ser revisto para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que seja requerido pela CONTRATADA e instruído na forma legal com as peças contábeis-financeiras que demonstrem a real situação apresentada, como também de demonstrativos do comportamento de mercado, desde que se enquadrem nas hipóteses de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis ou de força maior, ou ainda outras condicionantes que configurem álea econômica, e que possam impedir a regular execução contratual.

8.2 - A extinção deste instrumento poderá ser efetivada, caso ocorra quaisquer dos motivos mencionados no art.137, em especial frequência no comportamento descritos na cláusula sexta e será processada conforme dispõe o art. 138, ambos da Lei regente deste contrato, no que couber.

8.3 - Em caso excepcionais, configurados como de força maior, a critério do CONTRATANTE, o atraso no cumprimento da ordem de serviço ou na entrega do objeto contratado não ensejará extinção contratual, bem como as penalidades estabelecidas neste instrumento.

8.4 - A situação indicativa da extinção contratual será levada a CONTRATADA, através de notificação administrativa e sendo sempre garantido o direito da ampla defesa e do contraditório.

8.5 - Além das referidas hipóteses, poderá o CONTRATANTE extinguir o presente contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, com motivação de falência, concordata, dissolução ou insolvência da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DO RECONHECIMENTO, DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES

9.1 - A CONTRATADA declara reconhecer os direitos da Administração CONTRATANTE e a supremacia do interesse público, em caso de extinção administrativa deste contrato.

9.2 - As obrigações estabelecidas neste instrumento, quando não cumpridas no seu todo ou parcialmente, sujeitam-se à CONTRATADA as sanções previstas na Lei regente deste contrato e outras normas que regem a Administração Pública, além de multas pelas seguintes condições e nos seguintes percentuais:

9.2.1 - Multa de mora de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia, até o limite de 20 (vinte) dias por atraso na execução contratual.

9.3 - Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula, ou pela inexecução total ou parcial, o CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA multas e/ou penalidades, de acordo com a infração cometida:

9.3.1 - Advertência;

9.3.2 - Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias, pelo não cumprimento dos prazos pactuados para a execução e/ou na retomada da execução, conforme dispuser a notificação da ocorrência.

9.4 - A recusa da detentora em assinar o contrato ou o seu não comparecimento para assinatura no prazo previsto, caracterizará descumprimento integral das obrigações assumidas com a apresentação da sua proposta, sujeitando-a ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) do valor total da proposta ofertada.

9.5 - O recolhimento das multas referidas deverá ser efetivado através de guia própria retirada do Departamento Financeiro (Tesouraria Municipal) da Prefeitura e com depósito em conta bancária determinada pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da recebimento da respectiva aplicação.

9.6 - O não recolhimento da multa aplicada, no prazo indicado, será a empresa considerada inadimplente e o respectivo débito inscrito em Dívida Ativa, com a correspondente forma de execução.

9.7 - Além da aplicação de multa, o CONTRATANTE poderá aplicar a suspensão da CONTRATADA em participar de futuras licitações ou contratar com a Administração Licitada por prazo não superior a 3 (três) anos.

9.8 - A aplicação de advertência, multa e/ou penalidade se dará por ato da autoridade competente, através de processo administrativo, simplificado conforme o caso, mediante os indicativos e apontamentos evidenciados pela fiscalização do contrato.

9.9 - Em todos os casos para aplicação de multa e/ou penalidade será garantido o direito da ampla defesa e do contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

10.1 - Nos casos omissos e não previstos neste contrato administrativo, serão aplicadas as normas e regulamentações vigentes, que também prevalecerão quando houver conflitos nas suas Cláusulas.

10.2 - As partes elegem do Foro da Comarca de São Lourenço / MG para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, ajustadas e contratadas na melhor forma de direito, as partes por seus representantes legais, assinam o presente contrato administrativo, em duas vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

São Lourenço / MG, 29 de outubro de 2023

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO / MG

DANIEL DONATO NUNES

CONTRATADA

GENTE SEGURADORA

EDUARDO HENRIQUE LAUAR CUNHA

VISTO: Robson Soares de Souza

Assessoria Jurídica

TESTEMUNHAS:

_____ CPF _____

_____ CPF _____